

## ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS

**Resumo:** Os repositórios institucionais de acesso aberto surgiram como forma de minimizar a pouca visibilidade da produção científica das universidades e instituições de pesquisas. Neste contexto, este artigo objetiva analisar o Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia, sua política de autoarquivamento, assim como identificar e selecionar políticas de acesso aberto de instituições similares brasileiras, cujo modelo possa contribuir para a melhoria das políticas atuais adotadas pela UFBA, onde ainda vigora uma baixa adesão ao autoarquivamento. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a metodologia de amostra por conveniência, escolhendo cinco Repositórios Institucionais, um por região geográfica, acessados através do *site* do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do portal Oasisbr. Os resultados encontrados indicam que a maioria dos repositórios analisados ainda não tem uma política de autoarquivamento, mas sim uma política de informação e, em apenas um caso, há uma política de mandato. Os repositórios institucionais têm se mostrado uma ferramenta importante para ampliar a visibilidade da produção científica, entretanto, será preciso criar meios de massificação, de divulgação acerca da importância do autoarquivamento por parte dos pesquisadores e/ou de seus pares, assim como uma política de incentivo aos pesquisadores para fazerem o depósito das suas produções científicas, acadêmicas e artísticas.

**Palavras-chaves:** Repositório institucional. Universidade Federal da Bahia. Comunicação científica. Acesso aberto.

**Anilza Rita de Souza Gomes**

Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da UFBA.  
[anilzary@hotmail.com](mailto:anilzary@hotmail.com)

**Flávia Goullart Mota Garcia Rosa**

Doutora em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA).  
[flaviagr@ufba.br](mailto:flaviagr@ufba.br)

## ANALYSIS OF THE OPERATING POLITICS OF INSTITUTIONAL REPOSITORIES BRAZILIANS

**Abstract:** The Institutional Repositories of open access appeared like the form of minimizing the lack of visibility of the scientific production of the institutions. In this context we aim in this article his auto archive politics analyses the institutional repository of the UFBA, as well as to identify and to select policies of open access of Brazilian similar institutions which model could contribute to the improvement of the current policies adopted by UFBA, justified by the low adherence to the auto archive. To reach the proposed objectives the sample methodology was used for convenience, choosing five institutional repositories, one for geographical region, accessed through the site of the IBCT and Oasisb.br. In the general form the considered results showed that an auto archive politics still has not been x and yes politics of information and a case of politics of mandate. With that them laugh an important tool has been shown to increase the visibility of the scientific production, meantime it will be necessary to create ways to strengthen and to intensify the spread as well as to make aware of the importance of the auto archive for part of the investigators and / or his pairs, as well as a politics of incentive that stimulates the investigators to do the deposit of his scientific products.

**Keywords:** Institutional repository. Universidade Federal da Bahia. Scientific communication. Open access.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um projeto mais amplo denominado *Práticas de disponibilização da produção científica da Universidade Federal da Bahia (UFBA): contribuição à política institucional de acesso aberto*, cujo objeto de estudo é o Repositório Institucional (RI) da UFBA. O objetivo geral é analisar a política vigente e as práticas adotadas sobre o objeto da referida pesquisa, tomando como objetivos específicos: 1) analisar a atual política de acesso aberto; 2) estudar os resultados alcançados pelo RI desde sua criação; 3) identificar e selecionar políticas de acesso aberto de instituições similares brasileiras, que possam contribuir para a melhoria das políticas atuais adotadas pela UFBA, caracterizada pela baixa adesão ao autoarquivamento. Neste artigo, serão tratados os dois últimos itens dos objetivos específicos. Foi selecionado um repositório institucional em cada região geográfica do país e utilizado o método de amostra por conveniência para proceder às análises necessárias ao cumprimento dos objetivos propostos. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Linha III do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), designada Gestão, Formação e Universidade.

O desenvolvimento sem precedentes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) coloca em evidência uma diversidade de fontes de informação que modificam, ampliam e agilizam a capacidade de comunicação da informação em vários níveis e setores da sociedade. No âmbito da ciência, das universidades e das instituições de pesquisa, esse cenário cria possibilidades que favorecem a divulgação de resultados de pesquisa cada vez mais rápidos. Apesar disso, grande parte da informação produzida nas universidades não está disponível de forma acessível para a comunidade acadêmica, científica e para a sociedade como um todo. Nesse contexto, surgem os repositórios institucionais, inseridos nos movimentos conhecidos por Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative – OAI) e Acesso Aberto à Informação (Open Access – OA), na última década do século XX (anos de 1990), com a finalidade de contribuir para a disponibilização da produção acadêmica dos pesquisadores, em acesso aberto, minimizando assim a baixa visibilidade dessa produção.

Neste artigo, serão abordadas as políticas de funcionamento adotadas nos cinco RI selecionados e os impactos delas decorrentes quanto aos mecanismos utilizados, bem como a sensibilização dos seus depositantes quanto à importância do processo de disponibilização de sua produção científica.

## 2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A divulgação do resultado das pesquisas é considerada de alta relevância, não só como contribuição para novos conhecimentos, mas também como meio de prestação de contas à sociedade do que se produz com recursos públicos, como retorno imperativo e fundamental de um sistema democrático. Nos anos recentes, isso se tornou mais fácil devido à criação das redes eletrônicas, que proporcionam acesso à informação científica tanto ao público especializado, quanto ao não especializado. Este fator é uma forma de cumprimento da responsabilidade social das universidades públicas.

Naturalmente, é possível afirmar que há uma relação indissociável entre a produção do conhecimento científico e o processo de comunicação a ela subjacente (GARVEY; GRIFFITH, 1979; MEADOWS, 1999; ZIMAN, 1981). Dessa maneira, no contexto das instituições acadêmicas e das comunidades científicas, a criação do conhecimento não pode prescindir da comunicação científica.

Comunicação científica é entendida, em primeiro lugar, como a troca de ideias entre pesquisadores, com a utilização de canais tradicionais ou eletrônicos, formais ou informais; em segundo lugar, como a disseminação do conhecimento erudito ou científico para o público leigo. E tem o objetivo de compartilhar o conhecimento científico com a sociedade (JAMBEIRO et al., 2012).

A comunicação informal inclui a transferência da informação por canais de caráter mais pessoal, abrange relatos de pesquisa ainda não concluída ou em andamento, em reuniões científicas, participação em associações profissionais e em colégios invisíveis. É a partir da sequência do processo informal ao formal que a atividade científica é construída, comunicada e incorporada por outros cientistas, integrando o conhecimento privado ao conhecimento público, conforme explica Ziman (1981). Assim, sendo, o processo da comunicação científica pode ser caracterizado pelas seguintes etapas: investigação, análise, documentação, comunicação, produção, registro e disseminação da informação.

As tecnologias estão em constante evolução e têm desenvolvimentos independentes que implicam ajustes a cada nova versão dos *softwares* e aplicativos, bem como questões relativas à interoperabilidade e à preservação digital. Segundo Meadows (1999), na década de 1980, a tecnologia da informação e comunicação podia competir com a impressão em papel, porém nos últimos anos tornou-se razoável a possibilidade de se transferir informações científicas do meio impresso para o meio eletrônico ou já produzi-las diretamente em meio eletrônico.

## 2.1 ACESSO ABERTO PARA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A informação científica é o elemento principal para o desenvolvimento científico e tecnológico e está diretamente relacionada com a divulgação da informação e a construção de novos conhecimentos.

Ela tem como principais motivadores sujeitos que desejam conhecer os avanços da ciência e aqueles que necessitam comunicar à sociedade os resultados das suas pesquisas, tornando-se essencial perceber como a comunidade científica e a sociedade absorvem essa informação. Os objetivos da política de acesso aberto à informação científica passam por: promover o registro da produção científica em concordância com esse paradigma; estabelecer uma política nacional e institucional; e buscar apoio da comunidade científica na forma de adesão a esses princípios.

O Acesso Aberto surge a partir de duas necessidades iniciais: a primeira, a partir de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas, cujas assinaturas passam a ter preços cada vez mais altos ou proibitivos; e, paralelamente, a crescente conscientização sobre o aumento do impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso.

O movimento mundial em favor do acesso aberto para resultados de pesquisa, portanto, é a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas, sobretudo com recursos públicos. O marco do acesso aberto foi a assinatura das Declarações de Budapeste, em 2002, e as de Bethesda e de Berlim, ambas em 2003. A Declaração de Budapeste, conhecida como BOAI, estabeleceu estratégias baseadas no protocolo Open Archives Initiative – Protocol Metadata Harvesting (OAI-PMH).

Com a disseminação e adoção das estratégias propostas pelo movimento de acesso aberto, um número significativo de instituições implementou Repositórios Institucionais. Um dos benefícios desse movimento é a visibilidade das pesquisas e sua utilização por maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o acesso democratizado ao saber.

Para o gerenciamento dessas informações, as instituições elaboraram políticas institucionais de acesso aberto. Uma das estratégias do acesso aberto é o autoarquivamento pelos autores ou seus representantes, das suas produções, no caso dos repositórios disciplinares ou institucionais; a outra é a disponibilização de conteúdo por meio de revistas científicas que adotam essa modalidade de disseminação. Essa estratégia de acesso tem duas denominações:

via verde (repositórios institucionais) e via dourada (revistas científicas e outras). Ambas as estratégias têm registrado avanços no processo de comunicação científica.

Suber (2004) apontou que o maior obstáculo que o acesso aberto pode enfrentar é a inércia ou omissão dos próprios atores. De acordo com Swan (2005), o autoarquivamento não é uma alternativa para publicação em periódicos científicos, mas uma atividade complementar em que o autor publica o seu artigo em qualquer periódico e depois autoarquiva uma cópia em um repositório.

Algumas questões são apontadas para a não realização do autoarquivamento, dentre elas a preocupação com a qualidade dos artigos autoarquivados (SWAN, 2005). O depósito de *preprints*<sup>1</sup>, na visão desses autores, poderia baixar a qualidade dos sistemas de informação de acesso aberto. Outro ponto levantado é a falta de esclarecimento sobre a questão dos direitos de autor (KEEFER, 2007; SWAN, 2005), sobre o que se enumeram ainda algumas razões: o desconhecimento sobre o movimento de acesso aberto no geral; falta de tempo; resistência à obrigação de depositar seus trabalhos; medo da perda do controle de sua obra; e possível plágio. Observa-se, assim, que a maioria dos depósitos é realizada por terceiros com a autorização dos autores.

## 2.2 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Os repositórios surgem como sistemas de informação de acesso aberto, com o objetivo de maximizar a disseminação e a visibilidade dos resultados de pesquisas científicas, no caso dos trabalhos institucionais voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa. Portanto, um RI constitui um serviço de informação científica dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição, em ambiente *on-line*. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição no qual está inserido.

Os repositórios institucionais proporcionam acessibilidade e redução da distância para os pesquisadores, que passaram a ter possibilidade de acesso às novidades e a evoluções da sua

---

<sup>1</sup> É um artigo científico que não foi ainda publicado em um periódico científico com revisão por pares.

área, além de ser um somatório do conhecimento coletivo, gerindo o capital intelectual da instituição. Dessa forma, os repositórios têm um papel importante para a comunicação científica, uma vez que contribuem para o ciclo de criação, disseminação e uso da informação, consubstanciando-se em um serviço de informação de acesso aberto. Além disso, promove espaços de integração *on-line* para os pesquisadores, a comunidade acadêmica e a sociedade.

Neste artigo, adota-se para “repositório” a definição de Clifford Lynch (2003, p. 2), diretor da União para Informação em Rede:

[Repositório Institucional é] um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão, desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição.

Um importante repositório institucional é o do Massachusetts Institute of Technology (MIT), instituição responsável pelo desenvolvimento do DSpace, atualmente um dos principais *softwares* de código aberto (*open source*), adotado pela maioria dos repositórios mundiais, projeto mantido com financiamento da Hewlett Packard e em associação com várias universidades (Cambridge, Columbia, Cornell, MIT, Ohio, Rochester, Toronto e Washington) (DRAKE, 2004). Além dessas universidades, são importantes as iniciativas do Joint Information Systems Committee (JISC) do Reino Unido, cujos esforços visam incentivar a criação e garantir a sustentabilidade de repositórios institucionais nas universidades britânicas (RUMSEY, 2006). O RepositoriUM, da Universidade do Minho, de Portugal, é o mais significativo projeto já realizado em países de língua portuguesa. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict), através do portal Oasisbr<sup>2</sup>, no Brasil, existem 52 repositórios institucionais registrados, incluindo universidades e instituições de pesquisas. Desses, 34 são institucionais, 8 são repositórios digitais, e são bibliotecas digitais, 1 é repositório temático e 6 não estão disponíveis (IBICT, 2016).

As universidades, sociedades científicas e instituições de pesquisa precisam ter uma posição assumida com relação ao acesso aberto, a conhecimento científico e às políticas decorrentes. Países como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos, dentre outros, têm obtido destaque no debate e nas decisões sobre o assunto. Desde 2005, as propostas e a definição

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://wiki.ibict.br/index.php/Reposit%C3%B3rios\\_Institucionais](http://wiki.ibict.br/index.php/Reposit%C3%B3rios_Institucionais).

de políticas ou medidas legislativas relacionadas com a acessibilidade à literatura científica registraram aumento significativo. A questão mais discutida é a política do **depósito compulsório** isto é, exigido pela instituição. Trata-se, na verdade, de uma reação à baixa resposta da política do **depósito voluntário** (autoarquivamento), que resulta em baixos índices de adesão e que deve constituir-se na solução para que sejam obtidos índices de arquivamento (depósito) significativos.

### 2.3 RI DA UFBA

Implantado em 2010, o RI da UFBA surge de uma proposta originada de uma das recomendações da dissertação de mestrado da professora Flávia Garcia Rosa (2006), apresentada como uma das possíveis alternativas para minimizar o uso de cópias de livros, além de prever a disponibilização da produção da Editora da UFBA (Edufba) para acesso aberto. Percebeu-se, então, que para alcançar os resultados desejados a criação do RI deveria ser repensada na forma de um projeto mais amplo e não restrito apenas à Edufba.

Para a estruturação do projeto, pensando o RI como uma política da Instituição, as principais motivações foram:

- a. A redução da exclusão cognitiva;
- b. Ampliação da visibilidade da pesquisa da UFBA em todas as áreas;
- c. A possibilidade de redução do uso de cópias de livros no ambiente acadêmico;
- d. Ampliação da visibilidade da produção das áreas multimídia nas artes (dança música, teatro e artes plásticas);
- e. Melhoria do posicionamento da UFBA no cenário acadêmico e sua maior contribuição no desenvolvimento da ciência do país.

O RI da UFBA está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção científica e se destaca pela contribuição na ampliação da visibilidade da produção científica da Instituição. Permite também consolidar um sistema de ordenamento dessa produção, que se faz, tradicionalmente, de maneira dispersa. A adoção desse novo modelo de gestão para documentos eletrônicos contribui para sistematizar uma política de disseminação para a UFBA, bem como para disponibilizar para a sociedade o resultado de suas atividades de pesquisa, criação e inovação. No entanto, para a efetividade no cumprimento do seu papel, é indispensável o compromisso e a participação dos programas de pós-graduação da Instituição.

Para a implantação de uma política institucional e respaldar o projeto do RI na UFBA, foi necessária a criação de um grupo gestor para elaborar as políticas de depósitos. Essa questão envolveu o estabelecimento de critérios de disponibilização, a definição de aportes financeiros e elaboração de linhas de trabalho para sensibilização da comunidade científica da Universidade.

### **3 POLÍTICAS INFORMACIONAIS DE AUTOARQUIVAMENTO**

Um repositório institucional não pode ser assemelhado a um armazém, em que tudo o que é gerado dentro de uma instituição é colocado. Reforçando, o RI abriga a produção científica de uma instituição. Ele é uma das faces visíveis dessa instituição e, por isso, apenas material previamente sujeito a controle de qualidade (artigos já publicados, teses e dissertações já defendidas, livros, capítulos de livros, dentre outros) deverá ser depositado. Para tanto, é necessário existir uma política de funcionamento e depósito estabelecendo o que deve ou não estar disponível num RI.

As políticas, associadas a um bom gerenciamento de preservação, divulgação e armazenamento, facilitam a recuperação de documentos existentes em seus bancos de dados, como teses, dissertações e tudo que se produz no meio científico e acadêmico de uma instituição.

#### **3.1 POLÍTICAS DE MANDATO DE AUTOARQUIVAMENTO**

Dentre os desafios relacionados por Guédon (2004), destaca-se a respeito de como agregar valor aos repositórios, assim como ampliar sua visibilidade, visto que há uma forte percepção de que o material impresso garante confiança e autoridade. Nesse sentido, as políticas informacionais de autoarquivamento podem ser uma atribuição de valor, dando ao pesquisador o respaldo necessário para publicar sua pesquisa no RI. Segundo Steven Harnad e colaboradores (2004), no estágio embrionário em que se encontram algumas iniciativas em favor do acesso aberto, somente através de mandatos de depósito, como uma política informacional de autoarquivamento, será possível reunir, em uma plataforma única, toda produção científica gerada em uma instituição.



A Universidade de Southampton foi pioneira na adoção de política de mandato de autoarquivamento, iniciando-o no Departamento de Eletrônica & Ciência da Computação, em janeiro de 2003 (GARGOURI et al. 2010; XIA et al. 2012).

De acordo ainda com os estudos de Xia e outros (2012), os países ocidentais, especialmente França, Alemanha e Portugal, implementaram a maioria dos mandatos até o momento. Ainda, segundo os autores, em pesquisa realizada com a compilação de 349 políticas de mandatos, tendo como faixa de análise os anos de 2003 a 2012, o período de maior implementação de mandatos de acesso aberto se circunscreve aos anos de 2009-2010.

Para isso, as instituições devem disponibilizar materiais de apoio e treinamento para que os pesquisadores se sintam confortáveis com o sistema, de modo a repassar para seus pesquisadores a filosofia e a relevância do movimento de acesso aberto à informação científica.

#### **4 METODOLOGIA**

A pesquisa configurou-se como um estudo de caso de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se amostra por conveniência, técnica de amostragem em que, como o próprio nome implica, a amostra é identificada primeiramente por conveniência. Elementos incluídos na amostra não têm probabilidades previamente especificadas ou selecionadas (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007).

A amostragem por conveniência, segundo Gil (1999), constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem, por isso é destituída de qualquer rigor estatístico. Esse tipo de amostragem é aplicado em estudos exploratórios ou qualitativos, nos quais não é requerido elevado nível de precisão. Como também possui questões abertas, a pesquisa se enquadra como qualitativa.

O método de amostragem por conveniência foi utilizado para seleção dos repositórios institucionais que foram analisados num total de cinco (um por região geográfica), além do da UFBA, totalizando seis. São eles: na região Sul, o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); na região Sudeste, o da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz); na região Centro-Oeste, o da Universidade de Brasília (UNB); na região Norte, o do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA); e na região Nordeste, o da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o da UFBA. Procedeu-se, nos RI selecionados, a partir de uma análise por observação o seguinte: sobre política institucional, orientações de uso, tipos de documentos encontrados, número de documentos disponíveis e sistema de busca.

Para alcançar os dois últimos objetivos específicos do projeto de pesquisa, quais sejam (a) estudar os resultados alcançados pelo RI desde sua criação e (b) identificar e selecionar políticas de acesso aberto de instituições similares brasileiras, que possam contribuir para a melhoria das políticas atuais adotadas pela UFBA, caracterizada pela baixa adesão ao autoarquivamento, foi utilizada como fonte de dados sobre os repositórios institucionais a lista coletada pelo Oasisbr. Também foi consultado o *site* do OpenDOAR<sup>3</sup>, no campo *Any Repository Type*, no qual foram encontradas informações mais detalhadas sobre cada repositório escolhido, assim como outros repositórios brasileiros nos quais observaram-se tipos de repositórios, *software* utilizado e política institucional. Cada *site* foi observado atentamente acerca da facilidade ou não de acesso e do que era oferecido ao usuário. Foi realizada também uma entrevista com um dos membros do comitê gestor do RI da UFBA para colher algumas informações sobre a política de autoarquivamento adotada pela Instituição e com membros das equipes gestoras dos RI selecionados.

## 5 ANÁLISE DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS SELECIONADOS

Após a seleção dos cinco Repositórios Institucionais brasileiros, foram identificados os que apresentavam características que satisfaziam à definição de RI de Clifford Lynch (2003) – levando-se em conta o seguinte: política institucional, elementos contidos na página principal, orientações de uso, tipos de documentos disponíveis, sistema de busca, número de documentos disponíveis. O foco principal dessa análise foram as orientações e políticas adotadas, embora considerou-se pertinente observar outros elementos componentes dos RI.

De modo geral, os instrumentos normativos encontrados nos repositórios em foco são semelhantes: portaria que institui o RI, orientações para a criação de comunidades, política de informação, grupo gestor, tutorial de orientação para proceder ao autoarquivamento e, em alguns repositórios, como no caso do Arca da Fiocruz, que traz a documentação sobre DSpace (*software* usado pelo sistema), nas versões inglês e português; e o RI da UFSC, que apresenta um *link* para um *software* antiplágio e outro para o *Dicionário de Preservação Digital*.

---

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://www.opendoar.org/find.php?p=2&step=20&cID=31&rtID=2&format=summary&sort=r.rName>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

Dos seis RI observados, apenas o Arca da Fiocruz apresenta uma política de autoarquivamento explícita, reforçando o que já é um princípio de repositório institucional. A adoção de uma política explícita reforça a atitude que o pesquisador deve ter para com a sua produção. Os demais têm como políticas de autoarquivamento, denominações que não induzem a esse procedimento e são nomeadas como: institucionais, de informação ou de acesso aberto.

Quanto às políticas adotadas, apenas um repositório (Arca da FioCruz) apresenta, de forma clara na página inicial de seu sistema, o mandato de autoarquivamento. Não foi encontrada nenhuma forma de sanção quanto ao não cumprimento dessa política; apenas é determinado um prazo para o depósito do documento no sistema. Com a UFBA não é diferente dos demais RI analisados, pois não existe uma sanção expressa que “obrigue” o autoarquivamento.

Sobre os materiais de apoio disponíveis ao autor para a realização do depósito, observou-se que as seis instituições que têm a sua política de autoarquivamento estabelecida disponibilizam materiais didáticos aos autores, tais como vídeos-tutoriais, guias com passo a passo para a realização do depósito e disponíveis para *downloads*, além de páginas de perguntas e respostas mais frequentes.

Quanto à tipologia documental disponível, há uma semelhança entre os RI, prevalecendo teses, dissertações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, dentre outros. Não existe um direcionamento muito claro. Às vezes é necessário navegar um pouco para saber onde encontrar essa informação. Quanto ao sistema de busca, todos funcionam da mesma forma. A busca pode ser realizada pelas coleções, por título, por data de documentos. Pode-se destacar, no RI da UFBA, a publicação semanal do Alerta, veiculado pelo Núcleo de Disseminação do Conhecimento (NDC), que se destina a divulgar a produção acadêmica da UFBA registrada no seu Repositório. O Alerta contribui para incentivar o acesso ao RI. Um destaque no RI da UFBA é a quantidade de livros disponíveis na íntegra, pela Comunidade da Editora da UFBA, em formato PDF, e uma coleção específica de livros eletrônicos no formato ePUB.

Fazendo uma análise do RI da UFBA e comparando com os demais selecionados, observa-se que tanto o da UFBA como os demais utilizam o DSpace como *software* livre.

Quanto à análise da página principal, embora não fosse o foco deste estudo, quanto a itens relacionados à arquitetura dos *sites*, observou-se que não há uma lógica de “navegação”: existem informações disponíveis em vários locais, quase sempre sem uma indicação clara para o usuário sobre o que acessar e onde, ou seja, o *site* não privilegia o ponto de vista do usuário.

O *design* influencia nas soluções estéticas e, certamente, na visualização e acesso por parte do usuário. Quanto às orientações de uso, apenas o Arca, da Fiocruz faz essa orientação de maneira mais detalhada, embora todos eles ofereçam manuais de orientações de uso, tutoriais e meios de autoajuda.

Quanto ao tipo de documentos encontrados,

Para se obter informações complementares relativas aos RI selecionados, decidiu-se por encaminhar por e-mail uma breve entrevista estruturada, para um dos membros da equipe gestora de cada um, os quais foram previamente contatados por telefone.

Os termos “política” e “autoarquivamento” aparecem equitativamente nas respostas dos entrevistados. O termo “política” é citado tanto no plural como no singular e acompanhado das especificações: informacional, mandatória e institucional.

Conclui-se a partir das respostas que a questão do autoarquivamento, na prática, corrobora Tomaél e Silva (2007) e Leite (2009) no que diz respeito à necessidade de envolvimento de todos os atores da instituição para que a política seja definida e que haja comprometimento de todos.

## 6 CONCLUSÕES

No processo de registro do repositório no OpenDOAR, não há consenso sobre o entendimento do que é repositório institucional por parte das próprias instituições. Esse fato ficou claro ao realizar-se uma busca no mesmo diretório, utilizando o campo Any Repository Type<sup>4</sup> e serem recuperados também repositórios que não são institucionais, segundo a classificação adotada por este trabalho. Com relação ao autoarquivamento e à maximização dos números de documentos em acesso aberto nos repositórios institucionais, a instituição deve definir a sua política de obrigatoriedade de autodepósito. Uma das formas de garantir a participação da comunidade científica é fazer com que os pesquisadores entendam a importância do processo de autoarquivamento para o desenvolvimento de novas pesquisas e para a visibilidade de sua produção. Para tanto, no trabalho que envolve a tarefa do autor de

---

<sup>4</sup> Metadados política de reutilização explicitamente indefinido; políticas item de dados completos explicitamente indefinidos; políticas de conteúdo explicitamente indefinido; políticas de submissão explicitamente indefinidas; políticas de preservação explicitamente indefinida.

depositar seu próprio trabalho, devem ser criados serviços de atendimento direcionados a esse processo, como a disponibilização de tutoriais.

Acredita-se que uma divulgação ampla, usando as redes sociais e palestras presenciais nas diversas unidades de ensino que formam as comunidades do RI, contribua para sensibilizar os usuários e os depositantes.

## 7 RECOMENDAÇÕES

Na perspectiva da sensibilização citada, indicam-se as seguintes recomendações:

- Criar uma estratégia de intensificar a divulgação e acerca da importância do autoarquivamento por parte dos pesquisadores e/ou seus pares;
- Atualizar os documentos auxiliares, como as orientações de uso e tutoriais, baseados nas políticas;
- Criar medidas de incentivo ao autoarquivamento como, por exemplo, editais que pontuam as produções dos pesquisadores arquivadas no RI;
- Capacitar os bibliotecários para que possam orientar os pesquisadores e intermediar o uso do sistema.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

DRAKE, M. A. Institutional repositories: hidden treasures. **Searcher Magazine**, [S.l.], v. 12, n. 5, May 2004. Disponível em: <<http://www.infotoday.com/searcher/may04/drake.shtml>>. Acesso em: 6 maio 2016.

GARGOURI, Y. et al. Self-selected or mandated, open access increases citation impact for higher quality research. **PLoS ONE**, California, v. 5, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0013636>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. In: GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers, and students**. London: Pergamon Press, 1979. p. 148-164.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUÉDON, J.-C. Toward optimizing the distributed intelligence of scientists: the need for open access. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2004, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2004.

IBICT. **Portal Oasisbr**. Disponível em: <[http://wiki.ibict.br/index.php/Reposit%C3%B3rios\\_Institucionais](http://wiki.ibict.br/index.php/Reposit%C3%B3rios_Institucionais)>. Acesso em: 17 jun. 2016

HARNAD, S. et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Serials Review**, San Diego, v. 30, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00987913.2004.10764930>>. Acesso em: 5 maio 2016.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, Washington, n. 226, p. 1-7, 2003. Disponível em: <<https://kuramoto.files.wordpress.com/2009/11/repositorios-institucionais-f-leite.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2016.

JAMBEIRO, O. et al. Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para a produção acadêmica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, 2012.

KURAMOTO, H. Prefácio. In: LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília, DF: IBICT, 2009. p. 7-10.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. M. de S. **Gestão do conhecimento científico**: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. *Ciência da Informação*, Brasília, DF. 36, n. 1, p. 92-107, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1189/1358>>. Acesso em: 17 jun. 2016

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: Ibict, 2009. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/631395>>. Acesso em:

MALHOTRA, N. *Pesquisa de marketing*: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

RUMSEY, S. The purpose of institutional repositories in UK higher education: a repository manager's view. **International Journal of Information Management**, v. 26, n. 3, p. 181- 186, 2006. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000800> Acesso em: 6 maio 2016.

SUBER, P. The primacy of authors in achieving open access. **Nature**, London, 2004. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/24.html>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

SWAN, A. Open-access self-archiving: an introduction. **Key Perspectives**, Cornwall, 2005. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/261006/>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

XIA, J. et al. A review of open access self-archiving mandate policies. **Libraries and the Academy**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 85-102, jan. 2012.

ZIMAN, J. M. **A força do conhecimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.